

O USO DAS CONJUNÇÕES ‘MAS’ E ‘EMBORA’ EM TEXTOS DE ALUNOS DA EDUCAÇÃO BÁSICA

Rosemeire Lopes da Silva FARIAS
UnB¹

RESUMO

Analisamos o uso de orações concessivas e adversativas em textos de estudantes do Ensino Médio de uma escola pública de Campo Grande, MS. Foram selecionados dois tipos de sentença que não correspondem à configuração prevista na norma padrão: (i) a oração introduzida pela conjunção ‘embora’ com o verbo flexionado no indicativo (não no subjuntivo); (ii) a oração introduzida pela conjunção ‘mas’ na primeira posição (e não na segunda). Nossa hipótese é a de que está havendo uma tendência à neutralização das conjunções ‘mas’ e ‘embora’, o que se relaciona à ausência do subjuntivo.

ABSTRACT

We examine concessive subordinate and adversative coordinate clauses in essays produced by secondary school students in a state school of Campo Grande, MS. Two types of sentences were found, which do not correspond to standard Portuguese: (i) a clause introduced by the subordinate conjunction ‘embora’ with indicative (not subjunctive) inflection on the verb; (ii) a clause introduced by the coordinate conjunction ‘mas’ in the first position (not in the second). Our hypothesis is that there is a tendency to the neutralization between the conjunctions ‘mas’ and ‘embora’, which correlates with the absence of the subjunctive.

PALAVRAS-CHAVE

Subordinação concessiva. Coordenação adversativa. Indicativo. Subjuntivo.

KEY WORDS

Concessive subordination. Adversative coordination. Indicative. Subjunctive.

Introdução

Neste artigo, examinamos construções concessivas e adversativas, em particular as introduzidas pelas conjunções 'embora' e 'mas', em redações de estudantes do Ensino Médio de uma escola pública de Campo Grande, Mato Grosso do Sul.

Para reunir os dados, foram realizadas várias atividades de produção textual e de construção de períodos compostos em que deveriam aparecer as conjunções 'mas' e 'embora'. Do total de 100 sentenças, selecionamos 30 que não correspondem à configuração prevista na norma padrão, identificando dois tipos de divergência: (i) orações introduzidas pela conjunção 'embora' com o verbo flexionado no indicativo (não no subjuntivo); (ii) orações introduzidas pela conjunção 'mas' na primeira posição (e não na segunda). Desse total de 30 sentenças, 17 foram construídas por meio de exercícios que solicitaram a construção de sentenças, em que os alunos deveriam usar as conjunções 'mas' ou 'embora'. As 13 sentenças restantes foram retiradas dos textos de diferentes tipologias produzidos pelos estudantes.

A escolha de trabalhar com os alunos do Ensino Médio justifica-se pelo fato de eles estarem inseridos em um contexto escolar, que os coloca em contato com diferentes tipos de textos e estudos gramaticais, os quais buscam sistematizar o uso das subordinadas concessivas e coordenadas adversativas. Dessa forma, a hipótese nula é a de que o aluno tem acesso na escola à expressão sintática da semântica da oposição conforme prevista pela norma padrão, seja em textos escritos, seja mediante estudos gramaticais que buscam sistematizar essas possibilidades na variedade padrão. Cabe considerar que são expostos às formas da norma padrão, também, no discurso oral. Embora tenham acesso à visão sistematizada da gramática, que geralmente é a predominante nos livros didáticos, alguns alunos apresentam uma forma particular de construir as orações adversativas e concessivas e, aparentemente, não as diferenciam.

Nossos resultados nos levam, porém, a constatar que pode haver casos-fronteira na oposição entre subordinadas e coordenadas, conforme sugere

Matos (2003). Como se vê, trata-se de tema relevante para o estudo da gramática, e para a reflexão acerca de questões educacionais.

O artigo está organizado da seguinte forma: primeiramente, fazemos breve estudo sobre a oposição subjuntivo/indicativo; na seqüência, apresentamos algumas teorias para o desenvolvimento do tema proposto, abarcando a visão da gramática tradicional e a posição de alguns lingüistas; dando prosseguimento, analisamos os dados colhidos do corpus em estudo, e, por último, expomos as conclusões a que pudemos chegar diante dessa análise.

1 Subjuntivo vs indicativo

1.1 O subjuntivo e o indicativo na gramática tradicional

Para Cunha e Cintra (2001), usamos o modo indicativo quando o fato expresso pelo sintagma verbal é considerado certo, real (no presente, passado ou futuro). Já, ao usarmos o subjuntivo, encaramos a existência ou não existência do fato expresso pelo sintagma verbal como incerta e duvidosa.

Segundo esses autores, o subjuntivo (do latim *subjunctives* = subordinar) “denota uma ação, ainda não realizada, concebida como dependente de outra” (p. 466). Nesse sentido, o subjuntivo é encarado como o verbo da subordinação por excelência, e o indicativo é fundamentalmente o modo da oração principal.

Os verbos a seguir apresentados pelos autores ilustram tal diferenciação:

- (1) Afirmando que ela estuda. (o fato expresso pelo sintagma verbal é considerado certo)
- (2) Duvido que ela estude. (o fato expresso pelo sintagma verbal é considerado duvidoso)

Nesses exemplos, o verbo da oração principal está no indicativo e, na oração subordinada, está havendo a alternância entre o indicativo e o

subjuntivo no mesmo contexto sintático. Tal alternância implica diferença semântica no que é enunciado pela oração subordinada.

Quanto ao uso especificamente do subjuntivo nas orações adjuntas, esses autores afirmam que, em geral, este modo não tem valor próprio; é, pois, mero instrumento sintático de emprego regulado por certas conjunções. Escolhemos falar apenas das concessivas.

As conjunções concessivas 'ainda que', 'embora', 'conquanto' e outras selecionam o modo subjuntivo nas orações subordinadas. Isso é ilustrado pelo exemplo (3), transcrito a seguir:

(3) O povo não gosta de assassinos, embora inveje os valentes.

Bechara (2003) faz as mesmas considerações de Cunha e Cintra, com um diferencial na abordagem do subjuntivo nas orações concessivas. Para Bechara, não há "completo rigor a respeito" (p. 282, grifo nosso).

A leitura que fazemos dessa afirmação é a de que podemos usar o modo indicativo em orações concessivas introduzidas por qualquer uma das conjunções elencadas acima, inclusive, pela conjunção embora.

Podemos fazer um elo entre o que Bechara e Said Ali (1964) afirmam sobre essa questão. Segundo Said Ali, nas concessivas o fato de contrariar, isto é, contrariar o que é exposto pela oração principal, pode ser suposto ou real e, em linguagem antiga, distinguia-se o suposto do real por meio do emprego ora do conjuntivo, ora do indicativo. Atualmente, os professores unanimemente recomendam, no ambiente escolar, o uso do subjuntivo nesses casos. Esta recomendação se sustenta em gramáticas escolares e outros compêndios normativistas.

A esse respeito, Said Ali (1964, p. 170) acrescenta o seguinte:

Em oração concessiva a linguagem de hoje põe o verbo sempre no modo conjuntivo. Segundo a prática antiga, observada ainda em tempo de Vieira e Bernardes, tanto podia servir este modo como o indicativo:

Ainda que tirasse pela espada contre seu inimigo (Vieira).

Ainda que tirou três vêzes pela espada da oração (Vieira).
Pôsto que os cristãos da pescaria lhe *queriam* meter grandes temores (Lucena).

A leitura que fazemos do que afirmam Said Ali e Bechara é a de que pode haver flutuação no uso subjuntivo e do indicativo nas concessivas. Essa observação será retomada após a discussão dos dados coletados para este trabalho.

1.2 O uso do subjuntivo e o indicativo: a abordagem da lingüística

De acordo com Pereira (1974, p. 6-11), o modo designa uma categoria semântica, nesse sentido o indicativo e o subjuntivo apresentam três tipos de funções, quais sejam: a) predominantemente semântica, em que essas duas formas verbais se opõem em contextos sintáticos idênticos e a oração principal condiciona um modo particular na oração subordinada, podendo ocorrer o indicativo ou o subjuntivo; b) semântico-gramatical: são compatíveis com contextos que se opõem e a oração principal indica uma modalidade compatível com o significado da forma modal condicionada na oração principal; c) predominantemente gramatical (reservado ao subjuntivo que aparece como marca de subordinação).

Para essa autora, esses dois paradigmas verbais da flexão verbal podem ocorrer nos três tipos de orações encaixadas. Os exemplos a seguir, apresentados pela autora, ilustram esta afirmação:

- (4) Preparei-me para falar quando ele o permitisse.
- (5) Cumprimentava-o, embora não {gostasse/ *gostava} dele.
- (6) Caiu de modo que quebrou a perna.
- (7) Caiu de modo que quebrasse a perna.
- (8) A aparência deste homem não indica que ele é pobre.
- (9) A aparência deste homem não indica que ele seja pobre.

Para a autora, com as conjunções ‘quando’ e ‘embora’ (exemplos 4 e 5), verifica-se apenas o uso do subjuntivo, ou seja, não cabe o uso do indicativo. Assim sendo, Pereira considera a sentença com o indicativo agramatical.

Nos exemplos (6) e (7), tem-se a ocorrência de sentenças com estrutura sintática idêntica, que diferem somente no modo verbal da oração encaixada. Nessas sentenças, o subjuntivo e o indicativo se interseccionam e a alternância desses modos verbais acarreta mudança de significado. Com relação à alteração de significado, Pereira acrescenta que o subjuntivo só será considerado modo e não forma verbal nos casos em que a troca do subjuntivo pelo indicativo ou vice-versa alterar o significado da oração. Como isso ocorre nos exemplos ora analisados, podemos concluir que para a autora o subjuntivo, neste caso, é um modo verbal.

Com relação aos exemplos (8) e (9), Pereira ressalta que seus informantes reconheceram uma oposição semântica nítida entre orações similares a esses exemplos. Por exemplo, analisando as sentenças (a) “Quero contratar uma secretária que é competente em datilografia” e (b) “Quero contratar uma secretária que seja competente em datilografia”, seus informantes identificaram oposição semântica nítida entre essas orações, ou seja, na oração (a), o locutor está informando o seu interlocutor de que ele tem em mente uma determinada pessoa, de que essa pessoa é competente em datilografia e de que ele deseja contratá-la. Já na (b), o interlocutor não é levado a concluir que o locutor tem uma determinada pessoa em mente, o que se entende é que o locutor está descrevendo o tipo de pessoa que deseja contratar.

Em outro estudo, Kempchinsky (1986, p. 30) observa que o indicativo é um modo básico, e o subjuntivo é derivado transformacionalmente do indicativo, sendo simplesmente considerado um tipo de marcador sintático sem significação real. Por meio da análise de estudos feitos sobre o subjuntivo em línguas românicas, a autora afirma que o subjuntivo é também provocado por alguma característica do verbo da oração matriz, por exemplo, verbos [+optativo] como ‘querer’ selecionam uma

completiva com o verbo no subjuntivo. O exemplo a seguir, transcrito da obra da autora, ilustra essa questão:

(10) *Queremos que nuestro equipo gane! *ganará.*

Segundo Kempchinsky, não se pode trocar o subjuntivo ‘gane’ pelo indicativo ‘ganará’, pois a sentença se tornará agramatical. Parece que isso ocorre talvez pelo fato de o predicado da oração matriz selecionar a modalidade do verbo da oração encaixada. Dessa forma, não se pode trocar o tempo e o modo verbais da oração encaixada, ou seja, não é possível trocar o presente do subjuntivo pelo futuro do indicativo. Isso ocorre também no português. No entanto, esse fato nos remete ao seguinte questionamento: se trocarmos apenas o modo da oração encaixada, a sentença será gramatical? Essa questão iremos abordar na análise dos dados.

Citando Rivero (1971), Kempchinsky considera ainda diferenças em pressuposições com orações com indicativo e subjuntivo em espanhol: se o complemento for indicativo ou subjuntivo, isso afetará a aplicação de certas regras de transformação, como por exemplo, a de ‘*neg-incorporation*’, ou seja, a habilidade de um elemento negativo pré-verbal, em uma oração matriz, licenciar um elemento pós-verbal na oração encaixada. Conforme demonstram os exemplos (11) e (12), apresentados pela autora, é obrigatório que o verbo da oração encaixada esteja no subjuntivo sob pena de a sentença ser agramatical.

(11) No confiaba em que estuvieran (subj.) diciendo nada.

(12) *No confiaba em que estaban (ind.) diciendo nada.

Essa afirmação de Kempchinsky nos remete a Pereira (1974), que menciona a possibilidade de algum elemento da oração matriz, em português, poder selecionar uma específica forma verbal para a oração encaixada. Os exemplos abaixo apresentados por Pereira ilustram tal fato.

(13) Quero contratar uma certa secretária que é competente.

(14) Quero contratar qualquer secretária que seja competente.

Nesses exemplos, os elementos destacados proporcionam distinção semântica entre as sentenças e determinam uma distribuição complementar do indicativo e do subjuntivo.

Ainda na discussão sobre a oposição indicativo e subjuntivo, Oliveira (2003, p. 257) afirma que a distinção entre o subjuntivo e o indicativo é muito complexa por duas razões: a) a não-correspondência unívoca entre os dois modos e distinções modais, visto que cada modo pode ser associado a mais do que uma modalidade - modalidade, para esta autora, é a gramaticalização de atitudes e opiniões dos falantes. Parece que Oliveira e Pereira (1974, p. 66-72) adotam o mesmo significado, ou seja, modalidade que está relacionada a idéias distintas visando a organizar uma idéia (de verdade, de dúvida, de certeza, de negação, de imposição, etc.); b) as ocorrências dos diferentes modos nem sempre têm relação direta com diferentes tipos de modalidade, “na medida em que o modo conjuntivo, tradicionalmente associado ao domínio da incerteza (...) pode surgir em construções em que, pela natureza, esperaríamos o modo indicativo e vice-versa” (grifo nosso). Os exemplos a seguir ilustram essa questão:

(15) A Ana lamenta que estejas doente.

(16) O Rui crê que a Rita está em casa.

Conforme a autora, o verbo factivo ‘lamentar’ deveria selecionar o indicativo e não o subjuntivo. Isso se deve ao fato de o verbo ‘lamentar’ atribuir verdade à proposição da oração encaixada. Já o verbo crer (verbo proposicional), que não assevera a verdade da proposição da oração encaixada, deveria selecionar o subjuntivo, no entanto, em (16), tem-se o indicativo.

Essa breve exposição de idéias retiradas da literatura permite-nos fazer algumas reflexões. Primeiro, com relação à análise, feita por Pereira (1974), do exemplo (5), a autora considerou a oração encaixada formada com o indicativo agramatical. Todavia, os nossos dados, cuja análise está exposta na seção 4, mostram que há um sistema em que o subjuntivo não está ativo, ou, no mínimo, que está havendo variação no uso do subjuntivo e indicativo, o que põe em discussão a agramaticalidade de sentenças como

a desse exemplo. Com relação aos exemplos (8) e (9), parece-nos, ao contrário do que diz a autora, que não há diferença entre essas sentenças, visto que, conforme a sua própria afirmação, “há variantes do português nas quais a flexão modal do verbo não entra como uma categoria ativa do sistema dos falantes que fazem uso exclusivamente do indicativo”. Melhor dizendo, existem falantes que usam somente o indicativo para transmitir o conteúdo semântico, tido como exclusivo do modo subjuntivo (nossos dados mostram isso), o que pode ser um indício de que há possibilidade de o indicativo assumir as propriedades do subjuntivo. Para esses falantes, como Pereira mesmo disse, a flexão verbal não está ativa, mesmo assim eles não deixam de transmitir o que desejam, muitas vezes a diferença é uma questão de formalidade e não de valor semântico.

Nos exemplos (15) e (16), analisados por Oliveira (2003), os verbos ‘lamentar’ e ‘crer’ selecionam um modo verbal diferente do que deveriam selecionar. Embora a autora não comente nada a respeito, isso parece acenar para a possibilidade de se usar tanto o indicativo quanto o subjuntivo, sem implicar alteração de significado. Isso corrobora o que Pereira (1974, p. 11) afirma sobre situações como essa, em que esses dois paradigmas verbais não passam de “variantes morfológicas, condicionadas por contextos particulares; em orações subordinadas cuja significação modal está indicada na oração principal”.

Todas as questões apresentadas nesta seção são importantes para o desenvolvimento do que propomos no nosso trabalho, em particular, para a análise dos nossos dados.

2 Aspectos sintático-semânticos da oposição concessiva/ adversativa

2.1 Coordenação – subordinação: o enfoque da lingüística

Em linhas gerais, a análise da lingüística não se distingue da gramática tradicional com relação à coordenação e à subordinação. Diante disso, centramos nossa abordagem no que a lingüística traz de diferente em

relação às observações da gramática tradicional. Para tanto, apresentamos a contribuição de Matos (2003, p. 555).

De acordo com Matos, a distinção entre esses tipos de construções é muito difícil, pois há casos-fronteira entre coordenadas e subordinadas: as chamadas coordenadas assimétricas. Nestas, há disparidade de valor semântico entre os termos coordenados. Os exemplos seguintes, apresentados pela autora, ilustram tal afirmação:

(11) Não comes a sopa e não te levo ao cinema!

(12) Está um dia quente mas a criança tem frio.

Segundo a autora, nessas orações, há nexos semânticos entre os membros coordenados, que fazem com que se aproximem da relação entre a subordinante e a subordinada. Ou seja, embora as orações (11) e (12) se comportem como coordenadas, elas têm um valor semântico de subordinadas, o que as tornam equivalentes às construções (13) e (14).

(13) Se não comeres a sopa, não te levo ao cinema!

(14) Embora esteja um dia quente, a criança tem frio.

2.2 Orações coordenadas adversativas/ Orações adverbiais concessivas: o enfoque da gramática tradicional

Tradicionalmente, segundo Said Ali (1964, p. 133), “[p]ara exprimir claramente a contradição ou a restrição a um fato, ou à sua consequência, socorremo-nos da oração ADVERSATIVA, caracterizando-a com a conjunção *mas* ou *porém*”.

Para Cunha e Cintra (2001, p. 597), as orações coordenadas adversativas são aquelas orações que possuem uma conjunção adversativa, que liga dois termos de igual função, atribuindo-lhes uma idéia de contraste, como ilustrado em (17) e (18).²

(17) Queriam sair, *mas ninguém saiu*.

(18) Estudaram tanto, *porém foram muito mal no teste*.

As orações adverbiais concessivas, por outro lado, exprimem um fato contrário ao da oração principal, todavia, não consistem em razão suficiente para que esta não se realize, sendo, pois, incapazes de impedi-la. Observemos o período em (19):

- (19) Nunca saberá a verdade, *embora tenha tentado mais de uma vez descobri-la.*

Nesse período, para Cunha & Cintra (*op. cit.*, p. 597), a oração principal *Nunca saberá a verdade* consiste em um fato certo que não será impedido pela oração subordinada *embora tenha tentado mais de uma vez descobri-la.*

De acordo com Faraco e Moura (1998, p. 322), “as orações concessivas indicam uma concessão à idéia expressa pelo verbo da oração principal.” As conjunções concessivas, por sua vez, “iniciam uma oração que indica contradição em relação a outro fato, essa contradição, no entanto, não impede que o fato se realize.” As conjunções concessivas são as seguintes: ‘embora’, ‘se bem que’, ‘ainda que’, ‘por mais que’, ‘conquanto’, ‘em que pese’, ‘nem que’, ‘dado que’ e outras.

Segundo Bechara (2003, p. 327), as conjunções concessivas “iniciam oração que exprime que um obstáculo – real ou suposto – não impedirá a declaração da oração principal.”

Conforme Said Ali (1964, p. 138), uma oração concessiva exprime um fato que pode determinar ou contrariar a realização de outro fato principal, entretanto deixa de produzir o efeito esperado.

2.3 Orações coordenadas adversativas/ orações subordinadas concessivas: o enfoque da lingüística

2.3.1 Orações coordenadas adversativas

Vimos que as orações coordenadas sintaticamente são independentes entre si e podem formar grupos oracionais, que apresentam uma relação semântica entre as orações que os compõem.

Observemos os exemplos em (20) e (21):

(20) Estava frio, mas ele não o sentia.

(21) Paulo veio visitar o primo, mas não o encontrou.

As orações *Estava frio... e Pedro veio...* têm independência sintática, isto é, não exercem nenhuma função sintática com relação à outra, e independência semântica, porque o conteúdo de cada uma delas é compreendido claramente. As orações ...*mas ela não o sentia* e ...*mas não o encontrou*, assim como as anteriores, são independentes, segundo a classificação da gramática tradicional, pois o que elas enunciam é facilmente compreendido sem precisar de outra para completar-lhes o sentido. Diferenciam-se, apenas, na presença de uma conjunção coordenada adversativa 'mas', que tem a função de unir as duas orações e estabelecer uma relação semântica de oposição.

Outra justificativa para a independência sintática é o fato, por exemplo, de a segunda oração (*mas ele não o sentia*) não se encaixar na primeira oração (*Estava frio*), ou seja, aquela não corresponde a um termo desta.

Por outro lado, segundo Koch (2002, p.113), em exemplos como (20) e (21), não é possível falar em orações independentes, já que elas são semântica e pragmaticamente interdependentes.

Fazendo uma rápida análise semântica do exemplo (20): *Estava frio, mas ele não o sentia*, podemos inferir que a 1ª oração apresenta uma afirmação de algo concreto: *Estava frio*. Pela logicidade da enunciação, espera-se que 'ele sinta o frio', todavia isso não ocorre, ocorre justamente o contrário: 'ele não o sentia'.

Dessa forma, é estabelecida entre as duas orações uma relação de adversidade, de oposição, de contraste, e o valor lógico-semântico das coordenadas adversativas consiste em apresentar um contraste em relação à oração com a qual a adversativa se coordena.

Outro fato importante com relação às adversativas diz respeito à impossibilidade de intercomutação, ou seja, não podemos inverter as orações adversativas, conforme ilustrado em (20a) e (21a).

(20a) *Mas ele não o sentia, estava frio.

(21a) *Mas não o encontrou, Paulo veio visitar o primo.

2.3.2 Orações subordinadas concessivas

A oração concessiva é um tipo de oração subordinada adverbial que, assim como as demais adverbiais, exerce a função sintática de adjunto adverbial.

Podemos dizer que uma construção concessiva, de acordo com Brito (2003, p. 718), exprime “um conteúdo semântico que contrasta com aquilo que, dado o nosso conhecimento de mundo, se esperaria a partir do conteúdo semântico da proposição com a qual combina”. E ainda, para a autora, o estado-de-coisas expresso pela oração concessiva não constitui uma razão suficiente para a não-ocorrência do que a oração matriz expressa.

Analisando as palavras de Brito, entendemos, então, que esse tipo de oração apresenta um conteúdo semântico que entra em choque com o conteúdo da oração nuclear e com a seqüência lógica que esperamos, ou seja, apresenta uma idéia contrária ao fato expresso pela oração matriz, porém incapaz de impedi-lo.

O exemplo (22) ilustra esse tipo de oração:

(22) Fui sair, embora tivesse muito trabalho.

Para Hermdsson (1994 apud NEVES, 1999, p. 546), “a construção concessiva pode ser qualificada como uma negação normal suposta entre as proposições citadas na premissa maior e na menor, uma negação, por assim dizer, de nível sintagmático”, isto é, uma negação entre sintagmas, entre a relação de determinante e determinado. Esse autor faz relação entre construções concessivas e construções causais e propõe, segundo Neves (1999, p. 546), que o termo ‘concessiva’ seja substituído pelo ‘não-causal’, por considerar que uma expressão como *apesar de* dá sentido contrário de uma expressão causal, anulando, assim, o efeito de sentido de causalidade.

A análise feita por Hermdsson (1994 apud NEVES, 1999, p. 546) envolve o aspecto semântico, pois atribui às concessivas a capacidade de negar a lógica entre duas proposições, ou seja, elas negam a relação normal entre duas proposições. O exemplo (23) ilustra essa afirmação.

(23) Ele irá à festa apesar de não ter sido convidado.

A oração subordinada, segundo a visão de Hermodsson (op. cit.) anula a causalidade prevista pela oração matriz. O fato de ocorrer a anulação se deve à ocorrência da expressão *apesar de*, que tradicionalmente é um conector concessivo. Já em (24 a-c), a oração subordinada é a causa da oração matriz.

(24) a. Ele irá à festa porque foi convidado.

b. Porque foi convidado, ele irá à festa.

c. Como foi convidado, ele irá à festa.

Assim, ao ser usada a expressão *apesar de*, em (23) ocorre o efeito de não-causalidade.³

Para Van Dijk (1980 apud NEVES, 1999, p. 547), “as conexões contrastivas, entre as quais se incluem as concessivas, se caracterizam por abrigarem eventos cujo curso e cujas propriedades contrariam as expectativas acerca daquilo que os mundos normais deixam transparecer”.

Nas concessivas é visível, de acordo com Harris (1988 apud NEVES, 1999, p. 547), a ligação semântica da concessiva com a não-satisfação de condições e com a possível frustração de causalidade, isto é, enquanto em uma construção adversativa temos a relação de duas orações coordenadas – uma contraria a lógica da outra –, na concessiva temos a relação de orações subordinadas – há uma estreita relação entre a construção concessiva e a condicional⁴. Observemos as sentenças em (25a-b).

(25) a. Trabalha como professora de português, embora não seja formada em Letras.

b. Se não é formada, não trabalha como professora de português.

Analisando os exemplos em (25), nota-se o efeito semântico causado por tais construções. A oração subordinada seria um empecilho natural para a ocorrência da oração matriz; sendo, então, uma condição para a não-consumação desta. Portanto, é importante esse jogo de sentidos para se compreender uma construção subordinativa.

Segundo Neves (1999, p. 554), outra característica importante das concessivas é a capacidade que elas têm de intercomutabilidade, como ilustrado em (26a-b).

(26) a. Vou sair *embora você não aprove*.

b. *Embora você não aprove*, vou sair.

Na sentença (26a), o falante realiza uma construção concessiva no domínio do conteúdo, valorizando, portanto, a relação lógico-semântica típica das concessivas: a oração subordinada tenta impedir a oração matriz, sem êxito. Já, na (26b), temos a concessiva (concessiva invertida) no domínio epistêmico, isto é, o conteúdo da oração matriz contraria a conclusão lógica a que a oração subordinada poderia chegar. Neste ponto teríamos, então, uma concessiva com valor adversativo.

Para chegar a essa análise, Neves (1999, p. 553) inspirou-se na teoria de domínio de conteúdo e domínio epistêmico de Sweetser (1990). Segundo essa teoria, no domínio de conteúdo, nota-se que um fato é apresentado na oração concessiva como obstáculo para a ocorrência do fato da oração matriz. Essa relação é a que costuma ser atribuída ao esquema lógico-semântico das orações concessivas. No domínio epistêmico, por sua vez, temos que o conteúdo apresentado pela oração matriz representa uma idéia contrária à conclusão a que poderíamos chegar a partir da premissa da oração subordinada⁵.

Isso pode ser relacionado com a seguinte afirmação de Halliday e Hasan (1976 apud NEVES, 1999, p. 555): “a relação adversativa, que compreende as construções adversativas e as concessivas, tem o significado básico de ‘contrariedade à expectativa’, derivado do conteúdo do que está sendo dito”.

Percebemos pelo exposto que em alguns contextos é realmente difícil fazer a distinção entre adversativas e concessivas, uma vez que elas podem se equivaler.

3 Análise dos dados

Nesta seção, analisamos 30 períodos compostos por orações subordinadas concessivas e coordenadas adversativas de redações de alunos do Ensino Médio.

Para compor o *corpus*, foram realizados vários exercícios de produção livre de diferentes textos e de construção de sentenças, nas quais deveriam aparecer as conjunções 'mas' e 'embora'. Com isso, reunimos aproximadamente 100 sentenças.

Do total de 100 sentenças, foram identificadas 30 sentenças, em que não havia correspondência com a configuração prevista na norma padrão, destacando-se três tipos de divergência: (i) orações introduzidas pela conjunção 'embora' com o verbo flexionado no indicativo (não no subjuntivo); (ii) orações introduzidas pela conjunção 'mas' na primeira posição (e não na segunda) e (iii) orações ligadas pela conjunção 'mas' em contextos em que a norma padrão prevê o uso de 'embora'.

Os dados divergentes estão expostos a seguir, divididos nos grupos 1, 2 e 3 de acordo com o uso da conjunção, respectivamente 'embora' e 'mas'.

Grupo 1

Embora estava doente, a professora Rose foi dar a aula.

Embora eu tenho uma caneta, não vou te emprestar.

Não vou fazer os trabalhos, embora eu sei fazer.

Eu não comprei mamão, embora sei que você gosta de mamão.

Estou falando a verdade, embora você não acredita.

Nenhum de vocês parece contente, embora eu estou contente.

Vai ao teatro hoje, embora não gosta muito.

A educação é fundamental para nós, embora nem todos pensam assim.

As provas estão chegando, embora eu estou estudando, tenho medo de tirar notas ruins.

A vida é bela, embora muitas pessoas não acham.

Grupo 2

Parece que não vem me ver. Mas gosta de mim, só não vai ficar comigo.
Mas minha mãe não vai deixar, só que vou sair amanhã.
Ele diz que não joga futebol. Mas gosto de futebol, estou sem tempo para jogar.
Não disse do que mais gosto. Mas gosto também de maçã, porém prefiro morango.
Mas sinto fome, almocei muito.
Mas gosto do Gustavo, namoro o João e daí?
Mas tentei muito, não deu certo.
Mas eu quero estudar, não consigo.
Mas sempre compro os meus livros, os meus colegas não acreditam.

Grupo 3

Não sabe fazer os exercícios, mas assistiu às explicações.
Não fui à festa do João, mas ele tinha me convidado.
Eu estudei muito, mas você pensa o contrário.
O Brasil vai melhorar, mas os acontecimentos não mostram isso.
A menina foi com a minha cara, mas eu não fiz nada para agradar ela.
A minha mãe sempre cozinha em casa, mas não gosta muito e diz que é ruim.
Sabemos que o professor ajuda a gente quando pedimos, mas os nossos colegas sempre afirmam que não.
A professora que ajudar, mas eu não mereço, porque não levei a sério o curso.
O brasileiro é trabalhador, mas tem gringo que não acha.
O político diz que tem muito emprego no Brasil, mas tem muito desempregado e eles não vêem.
Caro amigo, vou a sua casa amanhã, mas você não me convidou oficialmente.

Começamos a análise, observando o modo verbal empregado em todos os períodos de grupo 1. Vimos que, segundo a gramática tradicional, o

modo verbal adequado para uma construção concessiva é o subjuntivo (Cf. seção 1.1.). Todavia, no grupo em tela, as orações concessivas são construídas com o verbo no indicativo.

Se os falantes estão usando o indicativo em orações concessivas, verificamos que flexionar o verbo no subjuntivo não é crucial para a interpretação semântica concessiva de oposição, já que eles realizam tal interpretação independentemente do modo verbal.

Isso nos remete à afirmação de Bechara (Cf. seção 1.1) de que não há completo rigor no uso do subjuntivo em concessivas e a Said Ali (Cf. seção 1.1), o qual afirma que, no português arcaico, usava-se tanto o indicativo como o subjuntivo em orações concessivas. Da mesma forma, Pereira (1974, p. 63), por meio de análise de algumas construções subordinadas, verifica que o uso da forma verbal indicativa ou subjuntiva em uma sentença não implica diferença semântica.

Cabe observar a afirmação da autora, qual seja: “o uso da forma indicativa ou da subjuntiva não acarreta uma diferenciação semântica, mas uma distinção de grau de formalidade, sendo mais formais as orações em que aparece o subjuntivo”. Os exemplos (22) e (23) ilustram essa afirmação:

(22) Não parece que Maria está doente.

(23) Não parece que Maria esteja doente.

Com relação ao grupo 2, observamos um fenômeno lingüístico, que pode estar intimamente ligado à ocorrência do indicativo nas construções concessivas. Trata-se do uso da conjunção ‘mas’ na primeira posição do período composto. Tem-se, nesse caso, uma divergência em relação à forma padrão, em que essa conjunção introduz uma oração coordenada adversativa, a qual, geralmente, aparece em segunda posição (Cf. (20)/(20a) e (21)/(21a)).

Outro aspecto relevante para a discussão dos dados do grupo 2 é o fato de a conjunção ‘mas’ ter ainda uma função de marcador discursivo, o que poderia explicar seu uso no início da expressão, pelo menos em

alguns casos. Ainda assim, consideramos que o grupo 2 inclui a situação de inversão que estamos propondo, cabendo examinar com mais detalhe ambas as possibilidades, em estudo futuro.

Com relação ao grupo 3, verificamos a ocorrência da conjunção ‘mas’ em um contexto semântico, como afirma Brito (Cf. seção 2.2.1), aparentemente específico da conjunção ‘embora’. Isso se justifica pela possibilidade de correlacionarmos os exemplos (19) e (20) com as seguintes frases:

(24) Não sabe fazer os exercícios, embora tenha assistido às explicações.

(25) Não fui à festa do João, embora ele tenha me convidado.

Diante do exposto, podemos fazer algumas generalizações. Primeiro, no grupo 1, observamos que as orações concessivas estão sendo construídas com o indicativo, o que demonstra que, para o falante, o subjuntivo não é crucial na veiculação da noção semântica concessiva. Segundo, no grupo 2, a conjunção ‘mas’, nos dados selecionados, ocupa a posição sintática da concessiva ‘embora’, na maioria dos casos. Isso sugere que tais conjunções podem ser equivalentes para o falante. Consideramos ainda que tal possibilidade se relaciona ao uso do indicativo (e não do subjuntivo) em tais construções; o mesmo ocorrendo com as sentenças do grupo 3, em que, embora a conjunção ‘mas’ não apareça em primeira posição, a alternância indicativo/subjuntivo - consideramos que estas formas verbais estão em distribuição complementar, como propõe Pereira (Cf. seção 1.2) - é crucial para o emprego de ‘mas’ em contexto de ‘embora’. A idéia é a seguinte: se o verbo não está flexionado no subjuntivo, passa a ser indiferente se a conjunção a ser usada é ‘mas’ ou ‘embora’. Finalmente, para sintetizar, consideramos que esses resultados indicam que o falante não está diferenciando orações como as apresentadas a seguir:

(26) “Vai ao teatro hoje, embora não gosta muito” e “Vai ao teatro hoje, mas não gosta muito”;

- (27) “Mas tentei muito, não deu certo” e “Embora tentei muito, não deu certo”.

Esses fatos nos remetem à observação de Matos (2003), para quem a questão da distinção entre subordinação e coordenação requer que se considerem também os chamados ‘casos-fronteira’, em que a distinção não é evidente.

4 Considerações finais

Examinamos as construções concessivas e adversativas retiradas dos textos de estudantes da Educação Básica. Verificamos a presença de sentenças que destoam da configuração prevista pela norma padrão e selecionamos, do total de 100 sentenças, 30 períodos que apresentam as seguintes características: (i) a presença da conjunção ‘embora’ introduzindo a oração cujo verbo aparece flexionado no indicativo e não no subjuntivo; (ii) a conjunção ‘mas’ na primeira posição, e não na segunda, como prevê a norma padrão e (iii) orações ligadas pela conjunção ‘mas’ em contextos em que a norma padrão prevê o uso de ‘embora’.

Para analisarmos os fatos, consideramos inicialmente a caracterização existente na gramática tradicional sobre a oposição subjuntivo/indicativo e, também, a respeito de orações coordenadas adversativas e orações subordinadas concessivas. Mostramos que os autores afirmam, entre outras características, o fato de o indicativo ser usado no primeiro caso, e o subjuntivo, no segundo. No entanto, Said Ali faz referência ao uso do indicativo em construções concessivas no português arcaico. Apresentamos também alguns estudos no âmbito da lingüística moderna, cuja descrição, em grande parte, coincide com as da gramática tradicional. Ressaltamos, porém, a observação de Matos (2003) em relação ao fato de o contraste entre orações coordenadas e subordinadas muitas vezes revelar os chamados casos-fronteira, de difícil distinção, e acrescentamos a observação de Pereira (1974), para quem o uso da forma verbal no indicativo ou no subjuntivo não interfere na interpretação semântica, e a

de Oliveira (2003), segundo a qual, o modo subjuntivo, tradicionalmente associado ao domínio da incerteza, pode surgir em construções em que esperamos o uso do indicativo e vice-versa.

Com esse fundamento teórico, passamos a analisar os resultados de nossa pesquisa. Observamos o modo verbal empregado no grupo 1, no qual todas as orações subordinadas são introduzidas pela conjunção ‘embora’. Dessa análise, concluímos que flexionar o verbo no subjuntivo não é crucial para a interpretação semântica concessiva de oposição, uma vez que os falantes estão usando o indicativo. Ao analisarmos o grupo 2, cujas sentenças apresentam a conjunção ‘mas’, verificamos o uso desta conjunção em primeira posição, fato que diverge do que é preceituado pela norma padrão. Concluímos, a partir dos dados deste grupo, que o fato de a conjunção ‘mas’ ter uma função de marcador discursivo pode ser uma das explicações para o fenômeno da inversão. No entanto, consideramos também a hipótese de ocorrerem como conectivos e verificamos que existem evidências de que o uso do indicativo em orações concessivas pode ser relacionado à ocorrência da oração com ‘mas’ na primeira posição.

Os fatos observados levam à suposição de que está havendo a neutralização das conjunções ‘mas’ e ‘embora’. Esse fato pode estar relacionado à observação de Matos (2003), que sugere a existência de casos-fronteira, na distinção entre subordinação e coordenação. Além disso, os dados sugerem que a ausência do contraste entre o subjuntivo e o indicativo pode ter conseqüências interessantes para a gramática.

Com a análise apresentada neste artigo, esperamos contribuir para a análise da sintaxe dessas construções, nesses tipos de texto, bem como para a reflexão acerca das questões educacionais envolvidas, questões que pretendemos aprofundar em pesquisa futura.

Notas

- 1 Professora dos Cursos de Graduação e Pós-graduação; e-mail: rlopfar@terra.com.br; mestra em Lingüística pela UnB, sob a orientação da Prof^a Dr^a Heloísa Salles, a quem transmito os meus sinceros agradecimentos.
- 2 As conjunções adversativas são as seguintes: mas, porém, contudo, todavia, no entanto, entretanto. Para Bechara (2003, p. 321), “as conjunções adversativas enlaçam unidades apontando uma oposição entre elas”.
- 3 Essas observações são válidas para a conjunção embora: “Ele irá à festa embora não tenha sido convidado”.
- 4 Para melhor explicar a relação da concessiva com a condicional, observemos o exemplo dado por Neves (1999, p. 549):
(12) “Contei também o número de estudantes...quarenta e um ...e: eu tenho quase certeza, embora não tenhamos a lista”.
(12a) 1º eu não tenho certeza, se não temos a lista.
Ou seja:
Se não temos a lista, eu não tenho certeza.
- 5 O domínio epistêmico está relacionado ao domínio da incerteza, da probabilidade (OLIVEIRA, 2003, p. 248).

Referências

- ALI, M. Said. *Gramática secundária e gramática histórica da língua portuguesa*. Brasília: Ed. UnB, 1964.
- BECHARA, Evanildo. *Moderna gramática portuguesa*. 37. ed. ver. e ampl. Rio de Janeiro: Lucerna, 2003.
- BRITO, Ana Maria. Subordinação adverbial. In: MATEUS, Maria Helena Mira et al. *Gramática da língua portuguesa*. 5. ed. Lisboa: Caminho, 2003.
- CUNHA, Celso; CINTRA, Lindley. *Nova gramática do português contemporâneo*. 3. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2003.

FARACO, Carlos Emílio; MOURA, Francisco Marto de. *Gramática*. São Paulo: Ática, 1998.

KOCH, Ingedore G. Villaça. *Argumentação e linguagem*. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

MATOS, Gabriela. Estruturas de coordenação. In: MATEUS, Maria Helena Mira et al. *Gramática da língua portuguesa*. 5. ed. Lisboa: Caminho, 2003.

NEVES, Maria Helena. As construções concessivas. In: NEVES, Maria Helena (Org.). *Gramática do português falado*. São Paulo: Ed. UNICAMP, 1999. v. 7.

OLIVEIRA, Gabriela. Estruturas de coordenação. In: MATEUS, Maria Helena Mira et al. *Gramática da língua portuguesa*. 5. ed. Lisboa: Caminho, 2003.

PEREIRA, Maria Ângela Botelho. *Aspectos da oposição modal indicativo/ subjuntivo no Português Contemporâneo*. 170 f. Tese (Doutorado em Lingüística) - Faculdade de Letras, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1974.